

# **PNUD Brasil: Direitos Humanos Sustentáveis e outra regulamentações**

Relatório Parcial de Pesquisa de Iniciação Científica

## **Bolsista**

Helena Cecília Barreto Bruno

Wilke

## **Orientador**

Edson Passetti

São Paulo, 2012

**Sumário**

<b>1. Relatório das Atividades desenvolvidas.....</b>	<b>3</b>
1.1. Reuniões de Orientação e com grupo de pesquisa do projeto temático.....	3
1.2. Levantamento Bibliográfico.....	3
1.3. Participação em atividades acadêmico-culturais relacionadas ao Projeto temático “Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle” .....	4
1.4. Alterações sobre o trabalho original.....	5
1.5. Cronograma do trabalho referente à Segunda Parte da Pesquisa.....	6
<b>2. Relatório Científico.....</b>	<b>8</b>
2.1.Introdução.....	8
2.2.Resumo.....	9
2.3.O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).....	9
2.4. IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).....	16
2.5. IDHAD (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade).....	18
2.6. Direitos Humanos Sustentáveis.....	19
<b>Referências.....</b>	<b>22</b>

## **1. Relatório das Atividades Desenvolvidas**

### **1.1. Reuniões de Orientação e reuniões com grupo de pesquisa do projeto temático**

Estive presente em reuniões sobre o projeto temático “Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle” duas vezes durante o bimestre, a primeira em Setembro e a segunda em Novembro, para comentar e receber orientações referentes ao meu projeto de Iniciação Científica e aos restantes projetos pertencentes ao projeto temático “Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle”.

### **1.2. Levantamento bibliográfico**

Neste semestre organizei diferentes pastas referentes aos temas estudados: Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011 do PNUD, Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, Cartilha do cidadão do MERCOSUL, “Por dentro do Brasil: Modernização da Gestão Pública”, Programas quinquenais do PNUD referentes a países da América Latina (Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina). Venho acompanhando também notícias sobre tais temas publicados na mídia brasileira (jornais “Folha de S. Paulo” e “O

Estado de S. Paulo”) e também notícias em órgãos de imprensa governamentais como Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência da República, Agência Brasil, Ministério da Justiça, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Também acompanhei o site oficial do PNUD ([www.undp.org](http://www.undp.org)) e do PNUD Brasil ([www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)) e seus programas desenvolvidos.

Levantei bibliografia referente aos Direitos Humanos na Revista Verve, a Revista “Direitos Humanos: O que temos a ver com isso?”, Revista Psicologia e Política – textos de Cecília Coimbra. Levantei dados do Site oficial do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) referentes aos seus projetos e focos em andamento, ao IDH e também Direitos Humanos e Direitos Humanos Sustentáveis. Encontrei no livro de Marcio Pochmann e Ricardo Amorim (organizadores) a descrição de outros índices, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil e Mapa da Exclusão/Inclusão Social.

### **1.3. Participação em atividades acadêmico-culturais relacionadas ao Projeto temático “Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle”.**

Estive presente em várias atividades e seminários referentes ao projeto temático durante o semestre.

Assisti à aula-teatro do Nu-Sol “Loucura” no dia 17 de Outubro; ao Seminário de Vera Schroeder no dia 19 de Outubro sobre a Soma, Escola de Palo Alto e “psicologias”; ao Colóquio Foucault do dia 24 à 27 de Outubro, em que assisti às mesas “Loucas, histéricas e endemoniadas: como se constrói uma mulher” composta por Tânia Navarro Swain, Margareth Rago, Carmen Soares e Denise Sant’Anna, além da mesa de Guilherme Castelo Branco: “Michel Foucault e a anti-psiquiatria”; Edson Passetti: “Loucuras e transtornos: políticas normalizadoras”; Salete Oliveira: “Política e fissura sobre crianças e jovens: psiquiatria, neurociência e educação”.

No dia 28 de Outubro assisti ao Seminário de Guilherme Castelo Branco sobre “sujeição e assujeitamentos” na obra de Foucault; Seminário de Acácio Augusto no dia 31 de Outubro, “Protestos globais, internet e os novos movimentos”, e também no dia 16 de Outubro; Seminário de Edson Passetti no dia 21 de Novembro, “O ingovernável”; Seminário de Margareth Rago no dia 28 de Novembro sobre “Feminismos”; Seminário de Beatriz Carneiro no dia 05 de Dezembro sobre “Meio Ambiente”; Seminário de Thiago Rodrigues no dia 08 de Dezembro sobre segurança planetária – “da segurança nacional às seguranças humana e climática” e por fim ao Seminário de Lúcia Helena Rangel no dia 12 de Dezembro sobre a “Situação de refugiados indígenas no Brasil”. Tendo ao fim de quase todos os seminários uma discussão e orientações em relação ao projeto temático e iniciações científicas de cada um.

Realizei também ao longo do semestre, a tabulação de notícias do jornal “O Estado de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo” referentes aos fluxos “Direitos” e “Segurança”, pertencentes ao projeto temático. Tal atividade consiste em agrupar notícias provenientes dos principais jornais do país, relativas aos quatro fluxos do projeto que são “Direitos”, “Segurança”, “Meio Ambiente” e “Penalizações a Céu Aberto”, cada uma ligada a um desses fluxos, sintetizá-las num pequeno resumo, adicionar uma palavra-chave a cada uma delas e procurar relacioná-las a mais algum(s) dos fluxos.

#### **1.4. Alterações feitas sobre o trabalho original**

Em relação ao projeto inicial “PNUD Brasil”, continuo mantendo a indicação relativa aos setores que o programa investe e se fortalece, focando na “sustentabilidade” esperada por seus projetos. Continuo usando a pesquisa eletrônica como fonte primária, referente a documentos presentes nos sites do PNUD e da ONU, e continuo acompanhando os projetos realizados e parcerias envolvidas. Também acompanhando notícias na mídia brasileira, principalmente nos jornais “Folha de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo”.

Acrescentei ao projeto de Iniciação Científica o estudo do Índice de Desenvolvimento Humano, pois seu ranking é bastante central no Relatório produzido anualmente pelo PNUD, onde menciona quais serão os focos de cada ano para o Planeta e para cada país. Poderei trabalhar também, a partir do

IDH, com Direitos Humanos, bastantes presentes no discurso do Programa e com Sustentabilidade, além do chamado agora de “Direitos Humanos Sustentáveis”, pois é um termo bastante inserido na chamada “Ecopolítica” e controles sustentáveis. Pretendo trabalhar também com a atuação do PNUD em outros países da América Latina, para obter maior base de comparação com o Brasil e com o Mundo.

### **1.5. Cronograma de trabalho referentes a Segunda Parte da Pesquisa**

Pretendo analisar o IDH publicado desde 1990 até hoje referente ao Brasil e os itens relacionados à Sustentabilidade: Emissão de gases de estufa per capita, Água fresca retirada, Exaustão dos recursos naturais, Emissão de dióxido de carbono per capita, Área de florestas, Mudanças em áreas florestais, Impacto de desastres naturais: número de mortes (média anual por milhão de pessoas), Impacto de desastres naturais: população afetada (media anual por milhões de pessoas), Índice de Performance Ambiental, Área de floresta (% sobre o total da área), Emissão de dióxido de carbono per capita<sup>1</sup>.

Junto, analisarei com frequência através do site oficial do programa, seus programas em desenvolvimento e suas repercussões em outros países da América Latina.

---

<sup>1</sup> Site oficial da ONU – [www.un.org](http://www.un.org) – Tradução própria.

Serão buscadas fontes secundárias (literatura produzida sobre os temas dos programas). A descrição dos programas contará com uma pesquisa sobre seus efeitos e repercussões das implantações. Será produzida uma compilação de temas, parcerias e instituições envolvidas. Pretendo realizar um mais amplo levantamento bibliográfico sobre Direitos Humanos e Direitos Humanos Sustentáveis.

## 2. Relatório Científico

### 2.1. Introdução à Pesquisa

Na Pesquisa “PNUD Brasil: Direitos Humanos Sustentáveis e outras regulamentações” irei realizar um estudo sobre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e como o mesmo vem agindo e se fortalecendo em meio ao monitoramento planetário em que estamos inseridos e assimilados através de territórios e ecossistemas<sup>2</sup>.

Anualmente, o PNUD produz um ranking referente ao Índice de Desenvolvimento Humano relativo a cada país e então, estrutura um foco para “tratar” o Planeta. O último relatório, de 2011 tem o título: “Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos”, onde se tratam principalmente de Direitos Humanos, presente no discurso do Programa desde seu início, e Sustentabilidade, tema bastante frequente atualmente no que se envolve a discussão do futuro do Planeta.

O que se tem agora são os chamados Direitos Humanos Sustentáveis. Termo que define que os seres humanos tenham seus direitos defendidos, porém de forma sustentável; ou seja, de forma que todos tenham suas

---

<sup>2</sup> Site do Projeto Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.

liberdades e capacidades alargadas equitativamente, tanto os que vivem nele quanto os que ainda virão.

## **2.2. Resumo da Pesquisa**

A Pesquisa “PNUD Brasil: Direitos Humanos Sustentáveis e outras regulamentações” têm como objetivo realizar um estudo das procedências do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e os conceitos que elabora, como IDH e outros índices - Sustentabilidade, Direitos Humanos e Direitos Humanos Sustentáveis, equidade, democracia, vulnerabilidade - a fim de entender como o Programa intervém em problemáticas e resistências através de uma política de democratização e humanitarismo no Brasil.

Pretendo abranger como vêm repercutindo dentro da sociedade de controle e como se dão suas estratégias de monitoramento, além de delinear e apresentar seu foco de investimento e fortalecimento em termos nacionais e internacionais.

## **2.3. O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)**

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é segundo o site oficial da ONU ([www.onu.org.br](http://www.onu.org.br)) sua agência líder da rede global de

desenvolvimento e trabalha principalmente voltada ao combate à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano.

A Organização das Nações Unidas começa a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, quando a China, os Estados Unidos, França, Reino Unido e ex-União Soviética ratificam a Carta das Nações Unidas. Foi organizada após as duas Grandes Guerras como resultado de um trabalho pela paz e pelo desenvolvimento mundial.

Apresenta também, segundo o site oficial da Organização ([www.onu.org.br](http://www.onu.org.br)), o propósito de “Manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amistosas entre as nações; realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos Direitos Humanos e às liberdades fundamentais; ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns”. Possui seis principais órgãos: A Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado.

No Brasil, a ONU tem representação fixa desde 1947. E quem age aqui é a UNCT, presidida pelo Coordenador Residente geralmente do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), e define estratégias, coordena o trabalho e compartilha as informações com todos os participantes. Seu principal objetivo é maximizar o trabalho da ONU de forma coletiva e integrada para que

atendam principalmente aos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. São eles: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria Mundial para o Desenvolvimento<sup>3</sup>.

O PNUD atua em 166 países e assim como a ONU possui diferentes projetos. No Brasil, eles são direcionados à: “Pobreza, Desigualdade e Inclusão Social”, “Governança” e “Meio Ambiente e Desenvolvimento”<sup>4</sup>. Segundo o site oficial do PNUD Brasil, o primeiro projeto visa fortalecer o desenvolvimento humano, o desenvolvimento humano sustentável e distintos segmentos das políticas públicas brasileiras, permitindo uma maior colaboração de atores internacionais. O Programa atua no Brasil desde 1964, início da Ditadura Civil-Militar brasileira e sobre tal, diz: “No Brasil a regra é a do não reconhecimento da política como espaço relevante – e indispensável – na vida social. Soma-se aqui a experiência negativa da falta de participação das gerações que experimentaram a opressão da ditadura militar iniciada em 1964 com o fato de que, pela via da manipulação ideológica, declara-se atualmente o

---

<sup>3</sup> Site oficial do PNUD Brasil– [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br).

<sup>4</sup> Idem.

desaparecimento das utopias, dando-se a entender que não existe muito campo para os ideais de justiça e solidariedade”<sup>5</sup>.

O segundo projeto, de Governança, tem como enfoque a modernização do Estado brasileiro, que segundo o PNUD Brasil, significa o fortalecimento institucional, o desenvolvimento de capacidades e a melhoria da gestão pública. Para isso, o Programa desenvolveu ferramentas para facilitar o fortalecimento das instituições e governos locais, possibilitando assim, que liderem e facilitem a integração de processos para o desenvolvimento humano em parceria com o setor privado e a sociedade civil<sup>6</sup>. Já segundo o Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência da República) “o desafio que se coloca ao país é a construção de um Estado ‘inteligente’, que incorpore os avanços tecnológicos, a rapidez e as facilidades da era digital”.

O terceiro projeto tem como foco o Meio Ambiente juntamente com Desenvolvimento. Vê o meio ambiente como base para o desenvolvimento humano, promovendo qualidade de vida. Sendo esta entendida como diretamente ligada ao planeta, pois quando um país possui um progresso ambiental significativo, ele também se desenvolve, juntamente aos seres humanos.

---

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem.

Através de pesquisas sobre o PNUD em outros países pertencentes à América Latina e a grupos como o MERCOSUL e a UNASUL, foram encontrados focos bastante parecidos. Sendo o MERCOSUL, segundo a Cartilha do Cidadão do MERCOSUL de 2010, um Mercado Comum que implica a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, o estabelecimento de uma tarifa externa e política comercial comuns, além da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e harmonização de legislações nacionais para alcançar um fortalecimento governamental e tal integração. Possui também vários outros acordos livres a fim de fortalecer relações com os países da América Latina e também negociou acordos com outros países e grupos de países fora do continente. Pretende “estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias produtivas regionais, a fim de facilitar a incorporação da produção dos países de menos desenvolvimento econômico relativo nos processos produtivos de todos os sócios” <sup>7</sup>.

Além do âmbito econômico, o MERCOSUL também é forte em práticas de cidadania, direitos humanos e política de cada país.

Já a UNASUL (União das Nações Sul-Americanas), possui dez países participantes: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. “Tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social,

---

<sup>7</sup> Cartilha do cidadão do MERCOSUL. Compilação de normas relacionadas com o cidadão do MERCOSUL, Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), Edição 2010.

econômico e político entre seus povos. Prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados”<sup>8</sup>.

No Chile o PNUD foca em “Redução da pobreza e desigualdade”, “Sustentabilidade ambiental e energética”, “Governabilidade democrática e desenvolvimento local”, “Consolidação política de desenvolvimento humano”, “Cooperação Sul-Sul”, “Prevenção e recuperação de crises”<sup>9</sup>.

No Uruguai, as preocupações do PNUD são “Crescimento inclusivo, diversificação produtiva e inovação tecnológica”, “Meio ambiente e redução da vulnerabilidade”, “Luta contra a pobreza e desigualdades”, “Fortalecimento da governabilidade democrática a nível nacional e local”<sup>10</sup>.

E como último exemplo, na Argentina o enfoque é “Imposição dos objetivos do Milênio e redução da pobreza”, “Promoção da governabilidade democrática”, “Ordenamento da energia e do meio ambiente para o

---

<sup>8</sup> Site do Ministério das Relações Exteriores - <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>

<sup>9</sup> Site oficial do PNUD Chile – [www.pnud.cl](http://www.pnud.cl). Tradução própria.

<sup>10</sup> Site oficial do PNUD Uruguai – [www.undp.org.uy](http://www.undp.org.uy). Tradução própria.

desenvolvimento sustentável”, “Igualdade de gênero” e “Cooperação Sul-Sul”<sup>11</sup>.

É o que se encontra também no “Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011”. O PNUD produz um relatório anual onde publica o ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de cada país e também o enfoque adequado para que o planeta se torne sustentável. O PNUD também se baseia e coleta de dados referentes a cada país para a produção deste Relatório. São eles: Investimento em saúde pública (% do Produto Interno Bruto), Índice de mortalidade abaixo de 5 anos (por 1.000 nascidos vivos), Expectativa de vida (anos), Índice de saúde (expectativa de vida), Investimento público em educação (% do PIB), Anos esperados de escolaridade (crianças abaixo de 7 anos), Índice de adultos alfabetizados, ambos os sexos (% com 15 anos ou mais), Média de anos de escolaridade de adultos (anos), índice de educação (esperados e média de anos de escolaridade), Total agrupado de matriculados no programa educacional do país (ambos os sexos em %), Produto Interno Bruto per Capita em termos de Equivalência do Poder de Compra, Valor de mercado da produção final de produtos e serviços de um país num dado período, Renda Nacional Bruta per capita em termos de Equivalência do Poder de Compra, Índice de renda (Renda Nacional Bruta per capita), Renda com o coeficiente de Gini, Perda devido à injustiça social na expectativa de vida, Perda

---

<sup>11</sup> Site oficial do PNUD Argentina – [www.undp.org.ar](http://www.undp.org.ar). Tradução própria.

devido a injustiça social em educação, Perda devida a injustiça social na renda, Injustiça social-índice de educação ajustado, Injustiça social-índice ajustado de expectativa de vida, Injustiça social-índice de renda ajustado, Injustiça social-IDH ajustado, Índice de Pobreza Multidimensional, Índice multidimensional de pobreza, Contagem de pobres no Índice multidimensional de pobreza, População vivendo com menos de \$1.25 por dia, Percentagem da população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional de \$1.25 por dia, População com no mínimo educação secundária (Relação entre índice de mulheres e homens), Taxa de fertilidade em adolescentes (nascimentos por 1,000 mulheres com idade entre 15-19), Relação de participação na força de trabalho (relação da participação de homens e mulheres), Índice de injustiça social entre os sexos, Participação no parlamento, índice mulher / homem, Índice de mortalidade no parto (falecimento de mulheres por 100.000 nascimentos vivos), Espécies ameaçadas, Impressão digital do consumo ecológico, Poupança líquida ajustada, Emissão de gases de estufa per capita, Água fresca retirada, Exaustão dos recursos naturais, Emissão de dióxido de carbono per capita (crescimento 1970-2008 em %), Área de florestas, Mudanças em áreas florestais, Impacto de desastres naturais: número de mortes (média anual por milhão de pessoas), Impacto de desastres naturais: população afetada (media anual por milhões de pessoas), Índice de Performance Ambiental, Área de floresta, Emissão de

dióxido de carbono per capita, População urbana, População feminina e População masculina<sup>12</sup>.

O último relatório publicado, de 2011, foi “Sustentabilidade e Equidade: Um futuro melhor para todos”. Articula que “O desenvolvimento humano, que consiste em alargar as escolhas das pessoas, baseia-se na partilha dos recursos naturais. A promoção do desenvolvimento humano exige rever a sustentabilidade, tanto a nível local, como nacional e global, o que pode, e deve, ser realizado através dos meios simultaneamente equitativos e promotores da capacitação”<sup>13</sup>. Cita como exemplo os países de baixo IDH que menos contribuíram para as alterações planetárias, e os que mais sofreram com tais repercussões. Localiza tais desigualdades como fortes violações aos direitos humanos. Ainda no relatório, consta-se que a sustentabilidade é entendida como forma de equidade dos seres humanos, para que tenham uma justa distribuição das riquezas planetárias e para que se evite o comprometimento das gerações futuras. Tal sustentabilidade é calculada tendo em conta as emissões de gases com efeito de estufa, a utilização da água e a desflorestação<sup>14</sup>.

## 2.2. IDH

---

<sup>12</sup> Site oficial da ONU – [www.un.org](http://www.un.org) – Tradução própria.

<sup>13</sup> Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011 – Sustentabilidade e Equidade: Um futuro Melhor para Todos, Communications Development Incorporated, Washington D.C., Tradução e Composição de Strategic Agenda LLP, p. 1.

<sup>14</sup> Ibidem, p.4.

Até a pouco tempo atrás, à medida que se usava para medir o desenvolvimento de cada país era o PIB (Produto Interno Bruto), calculando apenas o desenvolvimento econômico de cada um.

A partir de 1998 passa a se usar um novo índice, o chamado IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) criado pelo economista Amartya Sen e Mahbub ul Haq que tiveram como objetivo uma medida que calculasse melhor o desenvolvimento humano, não se baseando apenas no desenvolvimento econômico do país. O IDH é calculado a partir das variáveis “longevidade” ou “expectativa de vida”, índice que mede a renda do país e grau de escolaridade dos cidadãos <sup>15</sup>. Varia de zero a um, sendo as piores condições de vida próximas ao zero.

Segundo estatísticas que constam no Relatório de 2011 do PNUD, dados comprovam que o IDH médio mundial aumentou 18% entre 1990 e 2010 sendo quase todos os países beneficiários desses dados, com exceção da África Austral e antiga União Soviética, por exemplo, que sofreram retrocessos. Segundo o relatório ainda, os países pobres se aproximam dos ricos em termos de IDH, o que fornece um retrato mais otimista do que as tendências de rendimento, bastante divergentes<sup>16</sup>.

Aparece também no Relatório de 2011 do PNUD, que o IDH é estritamente relacionado à sustentabilidade e ao meio ambiente: “As privações

---

<sup>15</sup> [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 25.

ambientais das famílias, como a poluição do ar interior e o acesso inadequado à água potável e melhor saneamento, são mais acentuadas em níveis mais baixos do IDH e diminuem à medida que o IDH aumenta; os riscos ambientais com efeitos comunitários, como a poluição do ar urbano, parecem crescer e depois diminuir com o desenvolvimento e há quem sugira que esta relação é descrita por uma curva em U invertida; os riscos ambientais com efeitos globais, designadamente as emissões de gases com efeito de estufa, aumentam com o IDH, geralmente”<sup>17</sup>.

A relação ambiental com IDH é vista como forte fonte de disseminação de doenças partindo daqueles que não tem acesso aos direitos humanos, tais como instalações sanitárias.

Segundo Michel Foucault, a medicina moderna que nasce no século XVIII tem como “única preocupação sanitária do Estado, o estabelecimento de tabelas de natalidade e mortalidade, índice de saúde da população e da preocupação em aumentar a população, sem, entretanto nenhuma intervenção efetiva ou organizada para elevar o seu nível de saúde, sendo ao contrário, uma prática médica que surge efetivamente centrada na melhoria do nível da população”<sup>18</sup>. Neste sentido, o IDH é utilizado também no Brasil tendo em

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel; “O Nascimento da medicina social”, in *Microfísica do Poder*, Editora Graal,

vista os diferentes distritos municipais, com a realização de mapas que expressem as condições sociais de cada um<sup>19</sup>.

Outros estudos na mesma linha do IDH são feitos para calcular, por exemplo, o risco de envolvimento da juventude paulista com o crime ou Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) que é posta num mapa através de geoprocessamento, realizado pela Fundação SEADE, assim como o Mapa da exclusão/inclusão social feito pela mesma<sup>20</sup>.

Adquire-se assim, um forte rastreamento da vida de cada um, independente ou dependendo da idade. “A denominação de vulnerabilidade neste caso transcorre na mutação de nomenclaturas parametradas pelo discurso da prevenção geral a serviço do combate à violência associando cultura e educação para o futuro (...) acompanha o conceito de qualidade de vida associado à política de segurança derivada do programa fascista de tolerância zero cujo um dos objetivos é limpar a peste das ruas, crianças, mendigos, putas, miseráveis, usuários de drogas, pretos e quase pretos, vagabundos, migrantes, aquilo que a ordem denomina por indigentes culturais, os incivilizados”<sup>21</sup>.

## 2.2. IDHAD

---

<sup>19</sup> POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo. “Atlas da Exclusão Social no Brasil”, Editora Cortez, 2003, p. 14.

<sup>20</sup> POCHMANN, Marcio e AMORIM, Ricardo, ob. Cit, p.15.

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Salete, “Anarquia e dissonâncias abolicionistas” in Revista Ponto e Vírgula, Revista do programa de estudos pós-graduados em ciências sociais da puc-sp, v. 1, 2007, p. 156.

O IDH tende a mudar governos e condutas em relação a governantes a fim de aumentar o número de seu país no ranking. Diferentemente por exemplo, do que Lula procurava mostrar, o Brasil despencou 27,7% no âmbito “desigualdade social”, estando atrás do Sri Lanka, Gabão e Uzbequistão no chamado IDHAD (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade), segundo relatório oficial anual do PNUD referente ao ano de 2011.

O IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD) foi criado pelo PNUD em 2010 para retratar como as desigualdades internas podem limitar o desenvolvimento humano nos países. Enquanto o IDH clássico é um índice potencial, o IDHAD retrata melhor a situação real de um país<sup>22</sup>.

No Brasil a desigualdade de renda é a principal pelos baixos pontos no IDHAH e é também prejudicado quando se levado em conta a desigualdade entre homens e mulheres, ficando em 80ª posição entre 146 países<sup>23</sup>. “O PNUD também atribui a diminuição na desigualdade de renda à expansão da cobertura do ensino básico nas últimas décadas, mas alerta que dificuldades no acesso ao ensino universitário enfrentadas pelos mais pobres podem impor obstáculos a essa tendência”<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> Site do Jornal “O Estado de S. Paulo”, saúde, 02 de novembro de 2011.

<sup>23</sup> Site BBC Brasil – [www.bbc.co.uk](http://www.bbc.co.uk)

<sup>24</sup> Idem.

### 2.3. Direitos Humanos Sustentáveis

Atualmente o termo “Direitos Humanos Sustentáveis” é bastante presente na mídia e em órgãos como a ONU e o PNUD. É tido como foco do último relatório do Programa em 2011 constituindo-se de igualdade, desenvolvimento e democracia, no qual é definido como “o alargamento das liberdades substantivas das pessoas do mundo atual, ao mesmo tempo em que se envidam esforços razoáveis para evitar o risco de comprometer seriamente as das gerações futuras”<sup>25</sup>. Ou seja, uma igualdade de direitos em relação ao que o planeta oferece, para que tenhamos Direitos Humanos e ao mesmo tempo realizemos ações sustentáveis. Consta ainda no Relatório de 2011 do PNUD, que “a capacitação política aos níveis nacional e subnacional demonstrou melhorar a sustentabilidade ambiental”. Além de que “estudos revelam que as democracias em geral prestam mais contas aos eleitores e tem mais probabilidades de apoiar as liberdades civis”<sup>26</sup>.

A Democracia participativa designa uma variação enorme de políticas e normas, pois agrupa a maioria, convocando toda a sociedade, contendo-a.

Constata-se um princípio naturalizado em relação aos Direitos Humanos e agora cada vez mais presente também com a chamada “Sustentabilidade” do planeta e conseqüentemente, da vida humana. São termos relacionados pelos

---

<sup>25</sup> Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011 – Sustentabilidade e Equidade: Um futuro Melhor para Todos, Communications Development Incorporated, Washington D.C., Tradução e Composição de Strategic Agenda LLP, p. 2.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 8.

quais se esquece de que são uma construção humana, histórica, e que partiram de outras construções e portanto, podem ser mudados, pois assim como os Direitos não são universais, o ser humano também não é um ser universal. “Os Direitos Humanos sempre aparecem como um projeto de longo prazo a ser realizado por países e instituições, que sabem que provavelmente jamais atingirão as metas sugeridas (...) acabam sendo referências supranacionais que os países deveriam atingir e respeitar, mas não o fazem porque a igualdade e a individualidade não são princípios universalmente aceitos no mundo”<sup>27</sup>.

Os direitos humanos – desde sua gênese – têm servido para levar aos subalternizados a ilusão de participação, de que as elites preocupam-se com o seu bem-estar, de que o humanismo dentro do capitalismo é uma realidade e, com isso, confirma-se o artigo primeiro da Declaração de 1948: "todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Entretanto, sempre estiveram fora desses direitos à vida e à dignidade os segmentos pauperizados e percebidos como "marginais"<sup>28</sup>.

No capítulo quatro do Relatório anual do PNUD referente a 2011, de título “Sinergias positivas – estratégias de sucesso para o ambiente, equidade e desenvolvimento humano” consta que irá abordar “as estratégias locais e

---

<sup>27</sup> LATROWSKA, Michel. Medicalização da vida e Direitos Humanos, in *Revista Direitos Humanos: O que temos a ver com isso?*, Comissão Regional de Direitos Humanos, Rio de Janeiro, 2007.

<sup>28</sup> COIMBRA, Cecília. “Por uma intervenção ética aos Direitos Humanos”, in *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, 2008.

nacionais para abordar as privações ambientais e reforçar as capacidades de resiliência, demonstrando deste modo sinergias positivas (...) necessidade de ecossistemas saudáveis e dos serviços que estes prestam, especialmente aos pobres. Os ecossistemas lançam os alicerces da qualidade da água, da segurança alimentar, da proteção contra inundações e da regulação natural do clima”<sup>29</sup>.

Nota-se também, no que consta como estratégia anual do PNUD, um processo de exclusão e ao mesmo tempo inclusão em que ao invés de pelo menos os “excluídos” ganharem algum benefício após o que lhes foi tirado, são capturados por um sistema moral em que se produzem normalizações, regulamentações que pretendem construir um mundo seguro muito mais para os incluídos do que para os excluídos. “Ao lado das noções de direitos humanos, democracia e cidadania, a inclusão é quase sempre assumida como um princípio dado, inquestionável, inatacável”<sup>30</sup>.

A Sustentabilidade, democracia e políticas de inclusão estão bastante presentes também no chamado PNDH-III, Programa Nacional de Direitos Humanos terceiro, assinado pelo ex-presidente da República, Lula e “representa um verdadeiro roteiro para seguirmos consolidando os alicerces desse edifício democrático”. “A estratégia relativa ao tema Desenvolvimento e

---

<sup>29</sup> Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011 – Sustentabilidade e Equidade: Um futuro Melhor para Todos, p. 71.

<sup>30</sup> VEIGA-NETO, Alfredo e CORCINI LOPES, Maura; “Inclusão, exclusão, in/exclusão”. São Paulo, in *Verve* 20, 2011, p. 127.

Direitos Humanos é centrada na inclusão social e em garantir o exercício amplo da cidadania, garantindo espaços consistentes às estratégias de desenvolvimento local e territorial, agricultura familiar, pequenos empreendimentos, cooperativismo e economia solidária. O direito humano ao meio ambiente e às cidades sustentáveis, bem como o fomento a pesquisas de tecnologias socialmente inclusivas constituem pilares para um modelo de crescimento sustentável, capaz de assegurar os direitos fundamentais das gerações presentes e futuras”<sup>31</sup>.

## Referências

OLIVEIRA, Salete; “Tolerância e conquista, alguns itinerários na declaração universal dos direitos humanos” in *Verve*, São Paulo, Nu-Sol, v. 9, 2006.

OLIVEIRA, Salete, “Anarquia e dissonâncias abolicionistas” in *Revista Ponto e Vírgula*, São Paulo, v. 1, 2007.

OLIVEIRA SALETE, “Políticas e fissuras sobre crianças e jovens: psiquiatria, neurociência e educação”, in *Revista Ecpolítica*, São Paulo, 2011.

POCHMANN, Marcio e AMORIM, Ricardo, “Atlas da Exclusão Social no Brasil”, São Paulo, Editora Cortez, 2003.

---

<sup>31</sup> Site do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 da Presidência da República – [www.portal.mj.gov.br](http://www.portal.mj.gov.br)

FOUCAULT, Michel; “Crise da medicina ou crise da antimedicina”, in *Verve*, Tradução de Heliana Conde. São Paulo, Nu-Sol, v. 18, 2010.

FOUCAULT, Michel; “O Nascimento da medicina social”, in *Microfísica do Poder*, Tradução de Roberto Machado, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1979.

COIMBRA, Cecília; “Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo”, in *Revista Psicologia Política*, São Paulo, 2000.

AFFONSO MOYSÉS, Maria Aparecida; COLLARES, Cecília. “Medicalização: elementos de desconstrução dos Direitos Humanos”, in *Direitos Humanos: O que temos a ver com isso?*, São Paulo, 2001.

COIMBRA, Cecília; “Ética, direitos humanos e biopoder”, in *Verve*, São Paulo, Nu-Sol, v.20, 2011.

COIMBRA, Cecília. “Por uma invenção ética dos Direitos Humanos”, in *Revista Psicologia e Clínica*, Rio de Janeiro, n. 20, 2008.

LATROWSKA, Michel; “Medicalização da vida e Direitos Humanos”, in *Direitos Humanos: O que temos a ver com isso?*, São Paulo, 2007.

PASSETTI, Edson; “Fluxos libertários e segurança”, in *Verve*, São Paulo, Nu-Sol, v. 20, 2011.

PASSETTI, Edson; “Anarquismos e sociedade de controle”. São Paulo, Editora Cortez, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo; CORCINI LOPES, Maura; “Inclusão, exclusão, in/exclusão”, in *Verve 20*, São Paulo, 2011.

COMISSÃO DE REPRESENTANTES PERMANENTES DO MERCOSUL (CRPM). Cartilha do Cidadão do MERCOSUL, Edição 2010. Disponível em <http://www.mercosul.gov.br/cartilha-do-cidadao/cartilha-do-cidadao-do-mercosul-edicao-2010>. Acesso em 20 de Novembro de 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011: Sustentabilidade e Equidade: Um futuro Melhor para Todos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Edição 2010. Disponível em [http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/HDR\\_2011\\_PT.pdf](http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/HDR_2011_PT.pdf). Acesso em 23 de Novembro de 2011.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SECOM). Por dentro do Brasil: Modernização da Gestão Pública, Edição 2011. Disponível em [http://www.brasil.gov.br/navegue\\_por/noticias/textos-de-referencia/modernizacao-da-gestao-publica-no-brasil](http://www.brasil.gov.br/navegue_por/noticias/textos-de-referencia/modernizacao-da-gestao-publica-no-brasil). Acesso em 21 de Novembro de 2011.

Site Oficial do PNUD Brasil - <http://www.pnud.org.br>

Site Oficial do PNUD Chile - <http://www.pnud.cl/>

Site Oficial do PNUD Uruguai - <http://www.undp.org.uy/>

Site Oficial do PNUD Argentina - <http://www.undp.org.ar/>

Site Oficial da ONU no Brasil- <http://www.onu-brasil.org.br/>

Site Oficial da ONU <http://www.un.org/>

Site da Secretaria Especial de Direitos Humanos – PNDH3 -

<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/index.html>

Site Fundação SEADE – [WWW.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)

Site BBC Brasil – [WWW.bbc.co.uk](http://www.bbc.co.uk)

Site do Ministério das Relações Exteriores -

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>

Site da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República -

<http://www.secom.gov.br/>